

PESQUISA EM MUSICOTERAPIA

Sobre Pesquisa em Musicoterapia (1)

Lia Rejane Mendes Barcellos - RJ (2)

É mais ou menos conhecida a minha postura quando vou falar em público. Quase sempre escrevo. Por vários motivos: porque posso refletir melhor sobre o tema; porque tenho menos possibilidades de ficar repetitiva; porque escrevendo eu tenho um material que pode ser lido e discutido pela comunidade posteriormente; e até porque diminui a minha ansiedade e a minha insegurança, certamente, no momento de falar para os meus pares.

Mas desta vez tive muita dificuldade em desenvolver o tema que me foi dado. Decidi então pensar por que estava tão difícil de me organizar. Até que entendi: eu não era a pessoa mais indicada para falar sobre pesquisa. Pelos motivos óbvios: eu não faço pesquisa sistemática. Mas, já não havia muito tempo e eu não poderia desistir.

Mas, muito poucas seriam as pessoas que poderiam falar sobre o tema. E isto porque poucas foram as pesquisas oficiais ou sistemáticas, desenvolvidas no Brasil, nestes aproximadamente 35 anos de musicoterapia. Na verdade eu contaria cinco e não teria muita certeza se todas elas foram finalizadas. (Evidentemente pode haver mais do que cinco e eu não ter notícias).

Percebam que eu falo pesquisas oficiais. Por quê? Porque muita gente dá um tratamento de pesquisa ao seu trabalho sem ter esta como objetivo. Muitos musicoterapeutas dão um tratamento de pesquisa no momento de refletir sobre suas práticas clínicas.

Na verdade, falar-se sobre pesquisa em musicoterapia no Brasil é como ter que se

(1) - Palestra proferida no II Fórum Paranaense de Musicoterapia organizado pela Associação Paranaense de Musicoterapia – Curitiba, 2000.

(2) - Mestre em Musicologia, Musicoterapeuta Clínica; Professora dos Cursos de Musicoterapia do Conservatório Brasileiro de Música – Graduação e Pós-Graduação; Professora convidada: da Universidade Católica do Salvador (Bahia) e da Universidade Federal de Pelotas (RS). Membro do Conselho Diretor da Federação Mundial de Musicoterapia; Presidente da Comissão de Prática Clínica e Integrante da Comissão de Publicação da mesma Federação. Membro do Secretariado da UBAM. Em formação no Método Bonny de Imagens Guiadas e Música nos Estados Unidos.

debruçar sobre o quase inexistente. É como se apoiar numa janela imaginária para ver passar uma banda também imaginária. E tem se esperado muito por essa banda. Os sons estão ao longe, mas não se aproximam. Às vezes, alguns instrumentistas passam fazendo um solo, pois não é uma prática comum na nossa profissão. Assim, falar em pesquisa em musicoterapia no Brasil é discorrer sobre as dificuldades, os problemas, as nossas deficiências, mas é também falar das nossas tradições e dos nossos modelos e, principalmente da nossa responsabilidade.

Não temos uma tradição de pesquisa como não temos uma tradição de estudo. Digo isto com preocupação e também com responsabilidade. Nossos estudantes, em sua grande maioria, são obrigados a trabalhar para se manter, ou até, alguns, para sobreviver. Nossos profissionais têm que dar conta do atendimento de um sem número de pacientes/dia para justificar uma produção que prioriza a quantidade, às vezes, em detrimento da qualidade. Nossas instituições são movidas pelo número de atendimentos e não pela qualidade destes. Esta é a realidade da política de saúde do país.

As pessoas que ocupam cargos-chaves como supervisores e professores de musicoterapia não incentivam a realização da pesquisa.

Evidentemente aqui me refiro a mim mesma que, há 25 anos ocupo estes cargos e, oficialmente, nada fiz pela pesquisa. Mas, não vim aqui para fazer um “mea culpa também”, e digo também porque eu não teria nem tenho esse poder todo para influenciar ou não incentivar, sozinha, a pesquisa no país. Mas, carrego a minha parte de responsabilidade e isto eu não posso deixar de reconhecer. Como professora de musicoterapia eu deveria ter me valido dessa posição para dar esse incentivo. Mas, também tenho que reconhecer que nenhum incentivo vem das nossas instituições e nenhum instrumento é por elas criado para facilitar isto.

A partir do reconhecimento e da justificativa pautadas nas dificuldades encontradas, faz-se um círculo vicioso que sempre acaba por colocar a culpa na realidade sócio-econômica do país. Mas, continuaremos assim enquanto o país se mantiver nesse estado de coisas? Sempre o país esteve assim? O país teve uma política de pesquisa algum dia? Ou é agora que se valoriza ou até se exige uma postura de qualificação e pesquisa?

Gostaria de trazer uma situação pessoal para ilustrar o que acabo de dizer. Recentemente foi realizado o IX Congresso Mundial de Musicoterapia em Washington. Para isto preparei a apresentação de um trabalho clínico de Musicoterapia que realizei há pouco tempo com Meninos de Rua, considerando que seria uma experiência interessante para ser mostrada numa reunião que pretende discutir temas atuais e que, como este, são quase universais para a comunidade de musicoterapia.

Como anteriormente eu já havia solicitado e ganho auxílio de órgãos públicos para os Congressos da Espanha e da Alemanha, novamente encaminhei um pedido desta ordem. Mas, desta vez me responderam que não havia a possibilidade de ajuda.

Evidentemente eu quis saber qual fora o motivo desta negação e me responderam que posteriormente o órgão enviaria uma carta explicando. Até o momento de minha saída para o congresso nada havia chegado. Mas, logo que cheguei de Washington recebi uma carta que dizia que a **pesquisa** não apresentava resultados que justificassem a apresentação do trabalho num congresso tão importante no exterior.

Em primeiro lugar eu havia sido bem clara com relação ao que fizera e por que fizera: tratava-se de um trabalho que objetivava levar a musicoterapia aos meninos de rua, a única forma que eu pensava poder me engajar em um trabalho social. Também eu dizia, na introdução do trabalho, que havia sido movida pelo “chacina da Candelária” para decidir realizar o trabalho clínico. Em nenhum momento pretendi fazer pesquisa, em nenhum momento dei um tratamento de pesquisa, ou pensei em pesquisa. Mas, o que fizera, foi tratado como pesquisa e os resultados considerados “fracos” para serem apresentados. Vale dizer que apresento como resultados, e evidentemente não só da musicoterapia mas de todas as atividades que com os meninos foram realizadas, a inserção de grande parte deles como frentistas em regime de experiência, na Petrobrás. Ou seja, se resultados que apontaram, em primeiro lugar, para o desenvolvimento da expressão individual de meninos de rua – que antes só podiam se expressar através dos elementos da cultura e que passaram através do trabalho a expressar seu mundo interno –, e, em segundo lugar, para a inserção desses menores no mercado de trabalho, não são importantes a ponto de serem apresentados num congresso no exterior, eu não saberia dizer quais os resultados desejados pelas instituições oficiais que concedem auxílio neste país. Ainda mais, em nenhum dos prospectos da referida instituição dizia que só seria concedido auxílio para apresentação de trabalhos que tivessem tido o formato de pesquisa.

Mas, movida por tal acontecimento, e querendo voltar a trabalhar com menores de rua, antevi a possibilidade de fazer, agora sim, uma pesquisa. Reuni alguns alunos do curso de Musicoterapia do Conservatório, e aquilo que seria estágio se mostrou passível de pesquisa. Mas, a mesma instituição que avaliou o meu trabalho como **uma pesquisa com resultados não satisfatórios**, ao ser consultada sobre a necessidade da existência ou não, de um doutor, na realização de uma pesquisa, (sem saber quem consultava pois foi por telefone), respondeu que nenhuma pesquisa poderia ser desenvolvida sem a chancela de um doutor. Ou seja, é exigência e não necessidade. Assim, escolhi um dos dois doutores disponíveis na instituição onde trabalho, para que seja responsável pela pesquisa e ele me respondeu que já tem um projeto de pesquisa nessa instituição à qual eu pretendia solicitar ajuda, e que não pode ter dois!

Como se pode ver, são muitas as dificuldades que temos que enfrentar para que possamos realizar pesquisa. Entendo que o que o governo quer é a qualificação profissional. Ou seja, já não se pode fazer mais nada sem o título de doutor: não se pode

pedir auxílio bolsa; não se pode pedir auxílio para congresso; não se pode fazer pesquisa. Assim o governo nos empurra, e eu considero que de certa forma no bom sentido, para a qualificação profissional.

Trago este fato pessoal para que se possa avaliar as questões das políticas de ensino e pesquisa no país. Se por um lado é de extrema importância que os órgãos de educação do país exijam a qualificação profissional, por outro, há que se implementar essa qualificação sem distorções. Hoje, vê-se com muita frequência, pessoas que acabam de fazer seu curso de graduação e que se dirigem imediatamente para o mestrado única e exclusivamente porque ainda sem condições de emprego, terão uma bolsa que fará as vezes de emprego.

Mas, qualquer que seja a justificativa que se dê para a quase inexistência de pesquisa sobre musicoterapia no Brasil, mesmo apontando todas as dificuldades, resultará inconsistente.

Assim, feita esta introdução, não me parece que o caminho melhor para esta apresentação seja permanecer na identificação das dificuldades ou na análise do **por quê** da quase ou, eu diria, da inexistência de pesquisa em musicoterapia no país. Isto já tem sido objeto de apresentações de vários musicoterapeutas em outras ocasiões, em palestras, mesas redondas, enfim, onde se tem priorizado o tema. Assim, eu gostaria de apontar para algo um pouco diferente. Para algo que trouxesse alguma contribuição ao nosso campo e não reforçando o círculo vicioso existente. Decidi, então, analisar o que acontece sobre pesquisa em musicoterapia na Europa, embora consciente que não se tem a mesma realidade e que este não seria um modelo para nós. Mas, não pretendo apresentar como modelo e sim, a título de informação.

O Comitê Europeu de Musicoterapia, lançou em 1995, uma publicação denominada "Registro Europeu de Pesquisa em Musicoterapia" – 2º volume (o primeiro volume foi lançado no Congresso da Espanha, em 1993).

No prefácio desta publicação, os editores – todos musicoterapeutas -, levantam algumas questões que me parecem interessantes e algumas até que chamam atenção:

- 1 – como surgiu a idéia, em 1992, do registro das pesquisas realizadas na Europa ;
 - 2 – já em 1993 era apresentado o primeiro volume à comunidade no congresso mundial da Espanha;
 - 3 - todas as entradas são em inglês, embora para a maioria dos que contribuíram com suas pesquisas esta seja a segunda língua;
 - 4 – este segundo volume está em duas partes: a primeira apresenta as pesquisas em andamento em estudos em nível de PhD ou Pós-Doutorado; a segunda parte apresenta as pesquisas de estudos já completos em vários níveis, desde Mestrado até Pós-Doutorado.
- Alguns aspectos aqui mencionados merecem uma atenção especial. Dentre

estes estão:

- a forma como se iniciou o registro das pesquisas realizadas: a decisão de que seria necessário se ter conhecimento e acesso a esse material foi tomada numa mesa redonda realizada num congresso em Cambridge;
- a rapidez com que foi organizado o material já que no ano seguinte esta publicação era oferecida à comunidade;
- o investimento deles numa língua que permite a divulgação e a leitura do que é realizado por toda a comunidade. Não adiantaria os holandeses ou dinamarqueses escreverem as suas pesquisas em suas línguas. Elas ficariam confinadas a seus próprios países. (Evidentemente no Brasil as condições são outras porque as dimensões do país são bem diferentes das dimensões dos países europeus. De qualquer forma é importante lembrar que nossos trabalhos só serão conhecidos fora daqui se estiverem numa língua que permita a divulgação – inglês).
- a comprovação de que a maioria das pesquisas estão ligadas a cursos de mestrado, doutorado e Pós-doutorado. Ou seja, a qualificação profissional é absolutamente necessária e, segundo se pode constatar, a propulsora da pesquisa.

Com relação ao nosso país ainda não há a possibilidade de se fazer um mestrado em musicoterapia, mas, uma solução é se cursar um mestrado em outra área e então nos estudos e na dissertação se fazer uma articulação com musicoterapia. Isto é o que tem acontecido com alguns de nós.

Mas, me pareceria importante apresentar o que esta publicação do Comitê Europeu registra em termos das pesquisas que vêm sendo realizadas na Europa, para se ter uma idéia.

Número de Pesquisas por País

<u>Alemanha</u>	<u>23</u>	<u>Grécia</u>	<u>1</u>
<u>Estônia</u>	<u>1</u>	<u>Inglaterra</u>	<u>21</u>
<u>Espanha</u>	<u>3</u>	<u>Noruega</u>	<u>2</u>
<u>Finlândia</u>	<u>3</u>	<u>Polônia</u>	<u>2</u>
<u>França</u>	<u>59</u>	<u>Portugal</u>	<u>2</u>
<u>Holanda</u>	<u>5</u>	Total	122

Smeijsters ... [et al.] *European Music Therapy Register*. Castricum. Vol. 2. 1995.

Esta “mini-pesquisa” me preparou uma grande surpresa: o país que mais faz pesquisa, a França, tem só seis cursos de musicoterapia, sendo 2 apontados como sendo de mestrado. Como então explicar esta situação? Em primeiro lugar o nome de Edith Lecourt – que é uma pesquisadora – está ligado a 12 destas pesquisas. Em segundo lugar, o grande número apontado advém certamente do fato de que quando as pesquisas se referem a cursos de Doutorado e Pós-Doutorado aparecem alguns temas surpreendentes como: Cirurgião Dentista fazendo pesquisa sobre “O Relaxamento Musical numa Máquina de Cirurgia”; um outro sobre “Música e Ansiedade em Odontostomatologia” e muitas outras realizadas por psicólogos. Além disto encontrei pesquisa sendo realizada há 14 anos, como é o caso da pesquisa de Edith Lecourt sobre grupos, que se iniciou em 1980 e corria até 1994, e sobre a qual já foram publicados alguns livros.

Assim, a grande quantidade de pesquisa da França se deve, principalmente, a profissionais de outras áreas que pesquisam sobre a importância da utilização da música em suas práticas. Este quadro é diametralmente oposto ao quadro de outros países como Holanda e Alemanha, por exemplo, onde as pesquisas são quase que exclusivamente sobre aspectos inerentes à musicoterapia.

Mas, esta publicação é de extrema importância porque traz informações como: o nível da pesquisa, o tema, o autor, a instituição à qual está filiado o autor, a instituição financiadora, quais as questões sobre a qual a pesquisa se debruça, qual o endereço para contato com o autor e quais as publicações já escritas sobre a pesquisa.

Mas, que contribuições isto nos traz? Analisando os temas das pesquisas existentes pude perceber que existe uma relação muito clara entre a importância destes e a posição que a musicoterapia ocupa no país. Tomemos como exemplo a França, que é um país onde a musicoterapia tem uma história que não passa exatamente por uma formação oficial: os temas de pesquisa aqui são mais gerais e têm menos relação com a musicoterapia em si e mais relação com as questões da utilização da música em outras áreas, como apontei anteriormente. Já no caso da Alemanha, onde a formação de musicoterapia acontece há muitos anos e foi se desenvolvendo de forma oficial paulatinamente, chegando hoje a ter 3 doutorados especificamente em musicoterapia, a pesquisa diz respeito, quase que exclusivamente, a aspectos relacionados ao processo musicoterápico e ao papel da música nesse processo.

Mas, apesar de tantas e tão importantes pesquisas sendo realizadas na Europa, Smeljsters, um musicoterapeuta holandês e um dos editores desta publicação se debruça sobre o estudo da questão e escreve, num artigo que se intitula “A Pesquisa na Prática”, sobre alguns aspectos que mereceriam destaque. Apesar deste estudo se referir ao que acontece em pesquisa em outros países me parece que, guardando as devidas proporções, muitas questões poderão servir para reflexão sobre o que acontece no Brasil.

Dentre elas, a primeira que me chama a atenção é o fato de o autor dizer que um dos aspectos que fazem com que a pesquisa em musicoterapia seja freqüentemente obstruída é que “pesquisadores e musicoterapeutas são céticos um em relação ao trabalho do outro ao invés de unirem as forças” (1999, p.2). O autor continua dizendo que os musicoterapeutas que não tiveram uma formação de pesquisa, desconfiam do pesquisador e lhes falta uma compreensão do que o pesquisador realmente faz. E diz Smeijsters: talvez eles vejam o pesquisador como uma ameaça aos seus trabalhos clínicos.

É interessante se observar que o autor, um dos mais atuantes em pesquisa em musicoterapia atualmente, levanta um aspecto que à primeira vista parece estranho mas que se examinado com atenção tem fundamento: ele não fala do musicoterapeuta como pesquisador mas, sim, faz uma relação entre o musicoterapeuta e o pesquisador trabalhando juntos.

O doutor que a instituição que dá recursos financeiros está exigindo que eu tenha junto comigo para realizar a pesquisa é exatamente o pesquisador. Examinando um pouco a questão levantada por Smeijsters, me parece que eu tive uma reação próxima àquela que ele aponta. Mas, talvez pela minha falta de preparo para fazer pesquisa não seja uma ameaça o que sinto em relação a alguém que venha orientar o trabalho. Certamente, a inclusão de alguém com maior capacitação dá a sensação de um porto seguro, de segurança, que é o que exatamente não tenho nesse campo (nem em outros!). Mas também poderia ser de ameaça porque a minha prática clínica estará sendo “pensada” por alguém de fora da área.

Aqui me parece ser possível uma comparação entre supervisão clínica e orientação de pesquisa, guardando as devidas proporções, isto é, o supervisor é aquele que pode ver mais porque tem, em geral, uma formação teórica e/ou uma experiência clínica maior que a do musicoterapeuta e que pode ver mais porque está fora da situação. Da mesma forma, o pesquisador, pode ver mais porque está de fora da situação, além de ter um conhecimento acadêmico que o capacita mais para este tipo de atuação.

Por outro lado, continua Smeijsters, o pesquisador, vindo de uma experiência acadêmica onde padrões como objetividade e distanciamento estão em evidência, chega ao campo de pesquisa em musicoterapia com uma mala cheia de métodos de pesquisa, terrificando ainda mais o musicoterapeuta. A lacuna entre esses dois profissionais, pode ser ultrapassada dando-se ao musicoterapeuta as metodologias padrão e métodos de processamento de dados. Assim, os dois fariam a mesma linguagem. Mas, será que isto resolveria o problema de uma forma satisfatória? Pergunta ainda Smeijsters. Será que a formação do musicoterapeuta dá tempo para que o estudante tenha formação em metodologia e estatística?

Talvez a questão mais importante não seja essa e sim se os métodos tradicionais de pesquisa dão conta do que se quer da pesquisa em musicoterapia. E aqui o autor se refere a um estudo de Tischler (1983) que mostra que os erros nas pesquisas de

musicoterapia são em parte resultantes do fato de que os métodos de pesquisa utilizados, com frequência não combinam com o assunto ou com o tema da pesquisa.

Guardadas as devidas proporções, como orientadora de monografias tenho percebido que este aspecto levantado por Tischler com relação à pesquisa, também acontece na elaboração de trabalhos científicos. Assim, é freqüente encontrar-se na elaboração de monografias ou de trabalhos científicos: a escolha de um tema que não tem bibliografia suficiente; ou a utilização de uma definição que não se adequa ao tipo de paciente a ser estudado; ou ainda, a opção por uma orientação teórica que não seria compatível com aspectos como idade ou patologia. Enfim, um sem número de questões que por não serem adequadas podem fazer com que um “trabalho nasça morto” como eu costumava dizer.

Aqui eu poderia exemplificar com o caso de uma orientanda recente que me trouxe um trabalho que tinha por objetivo estudar a utilização das cantigas de roda folclóricas numa instituição que trabalha com meninas em situação de risco social, num subúrbio do Rio. No primeiro atendimento a musicoterapeuta voltou absolutamente cabisbaixa dizendo: as meninas só querem cantar e dançar “É o Tchan” e “Na Boquinha da Garrafa”! Ou seja, a não identificação da inadequação, pode comprometer todo um estudo. Ainda mais, a referida aluna tinha como referencial teórico para fundamentar o trabalho das meninas em situação de risco social, a psicanálise. Esta até poderia vir a dar conta desse estudo mas, certamente, não seria o referencial mais adequado. Com toda a certeza, um referencial que estude as questões sociais e seus desdobramentos seria mais pertinente. Ainda falando sobre o objetivo do referido trabalho, poder-se-ia dizer que algo que buscasse a transformação da produção sonora destas meninas – confinadas ao “Tchan” e à “Boquinha da Garrafa” – sem dúvida seria o objetivo mais apropriado. Mas isto já é uma outra discussão!

Muitos são os autores que afirmam, em estudos realizados desde 1977 até 1990, que os métodos experimentais convencionais de pesquisa nem sempre são os mais desejáveis para pesquisa em terapia. E daqui advém, na minha opinião, a questão que deveria ser olhada com maior cuidado. Na pesquisa experimental, ainda segundo Smeijsters, “o pesquisador tenta reduzir a variabilidade para assim conseguir o *insight* nas relações causais das variáveis individuais” (p. 3). E mais: “uma situação de tratamento não é um laboratório e o número de variáveis do cliente, do terapeuta e do tratamento é limitada”. Ainda o mesmo autor, citando Schagen, (1983) afirma: “a mera realização de uma pesquisa com um grupo experimental homogêneo e um grupo de controle confronta o pesquisador de terapias com problemas quase intransponíveis”. Esta afirmativa leva uma série de autores à conclusão de que “a pesquisa de situações práticas, onde a variabilidade não pode ser reduzida artificialmente, requer, conseqüentemente, outras formas de pesquisa”. Em outras palavras, nos dizem Kenny (1989), Aigen (1991), e Smeijsters

e Hurk (1993): “os métodos de pesquisa tradicionais utilizados em musicoterapia são ineficazes para responder as questões mais relevantes dos clínicos” (in Wheeler, 1995, p. 7).

Mas, eu dizia anteriormente que, na minha opinião, a pesquisa que procura estudar os fenômenos da prática clínica deveria ser realizada com muito cuidado. E justifico o porquê da minha preocupação. Tenho percebido que, nestes tipos de pesquisa, muitas vezes, a pesquisa assume a “figura” do trabalho, ficando como “fundo” o processo terapêutico, o que não me pareceria ser o mais adequado. Em supervisão de casos clínicos, cujos pacientes fazem parte de pesquisa, percebi que, com freqüência, os aspectos da pesquisa eram vistos como prioritários, ao invés de o processo terapêutico ser o principal. Esta é uma questão fundamental a ser discutida e talvez a que leva os autores apontados a considerarem os métodos tradicionais de pesquisa como inadequados para pesquisa em terapia.

Mas, parece que os novos métodos qualitativos dariam conta dessas questões (na verdade nem tão novos assim se considerarmos suas raízes, que podem ser encontradas na discussão entre Descartes – que falava da importância da matemática e da objetividade na busca da verdade, e Kant, que sugeria que o conhecimento humano depende do que acontece dentro do observador, já no século XVIII).

A pesquisa qualitativa vem sendo utilizada desde 1980, inclusive por pesquisadores de áreas que se utilizavam da pesquisa quantitativa.

Mas, no que se refere às questões que dizem respeito à pesquisa na área clínica de musicoterapia, ainda Smeijsters, aponta para uma direção que me parece ser bastante interessante. O autor considera que “as **estratégias descritivas**, em musicoterapia, fariam justiça ao processo musicoterápico”. (p. 3). Ele ainda se refere ao desenvolvimento do que ele denomina “métodos alternativos” de pesquisa e relata que num laboratório na Holanda, onde ele trabalha, existe um método de pesquisa no qual a diferença entre o pesquisador e o musicoterapeuta é reduzida ao mínimo. Aqui, se dá maior importância à situação de tratamento que se pretende seja afetada o mínimo possível.

Mas eu gostaria de voltar rapidamente à questão do método descritivo por me parecer o que mais se adequa à nossa realidade.

Estamos acostumados a ver e ouvir, nos nossos Encontros, Fóruns, Simpósios e Congressos, os musicoterapeutas apresentarem seus casos clínicos. Também é verdade que estes, com freqüência, não apresentam uma reflexão que satisfaça. Em geral, esta reflexão não é suficiente para nos conduzir a questões que possam ser estudadas e utilizadas pela comunidade.

Na minha opinião, eu gostaria de sugerir que se implemente esse tipo de pesquisa ou que se possibilite um estudo nos nossos cursos, que leve o estudante a relatar os casos clínicos com uma reflexão que já direcione para o desenvolvimento deste tipo de pensamento. Seria, talvez, a nossa forma de implementar a pesquisa no Brasil, tema que

se arrasta de congresso em congresso, sem que, no entanto, se consiga avançar. Fica-se a discutir as dificuldades por anos a fio e não se chega a uma conclusão de como se deve enfrentar a questão, na prática.

Na verdade eu gostaria de ter mostrado aqui uma pesquisa desenvolvida por Gudrun Aldridge, que é uma alemã doutora em musicoterapia, casada com um dos grandes pesquisadores de musicoterapia da atualidade – David Aldridge – meus colegas no primeiro módulo do GIM. Essa pesquisa está num CD Rom e não apresentei porque achei que seria pedir demais em termos de aparelhagem, já que precisaríamos de um computador.

Para terminar, eu gostaria de sugerir que nós, que somos musicoterapeutas clínicos, e também coordenadores de cursos, professores de musicoterapia e supervisores, a partir da necessidade que se mostra cada vez mais premente, nos reuníssemos para criar instrumentos através dos quais se possa implementar a pesquisa nos cursos de musicoterapia e assim preparar o futuro musicoterapeuta para contribuir com o desenvolvimento da musicoterapia no país. Talvez fique como sugestão um encontro desse tipo no próximo Simpósio de Musicoterapia de Porto Alegre, que tem exatamente a pesquisa como tema central de debates.

Muito obrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GROCKE, Denise Erdonmez. (Comp.). *Directory of Music Therapy Training Courses World-Wide*. World Federation of Music Therapy. 1996.
- WHEELER, Barbara. *Music Therapy Research: Quantitative and Qualitative Perspectives*. Phoenixville: Barcelona Publishers. 1995.
- SMEIJSTERS, Henk., HURK, Jose van den., *Research in Practice in the Music Therapeutical Treatment of a Client with Symptoms of Anorexia Nervosa*. Info CD Rom II. David Aldridge. University Witten Herdecke. 1999.
- SMEIJSTERS, Henk., ROGERS, Penny., KORTEGAARD, Hanne-Mette., LEHTONEN, Kimmo. and SCANLON, Patricia., *European Music Therapy Research Register*. Castricum. Vol. 2. European Music Therapy Committee. 1995.